

Amanda Durães de Jesus

amandaduraesdejesus@gmail.com

É bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), pesquisa a temática de políticas públicas com recorte na segurança alimentar e nutricional desde 2019.

Samara de Souza Cruz

samarasc04@gmail.com

É graduanda em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e, desde 2022, bolsista do projeto de extensão “Diagnóstico da Política Pública em Segurança Alimentar e Nutricional para o Município de Campos dos Goytacazes”.

ARTICULAÇÃO FEDERATIVA E INTERSETORIALIDADE NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVA DOS PLANOS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Este estudo tem como objetivo analisar a articulação federativa e a intersectorialidade na Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a partir de uma abordagem comparativa dos planos nacional, estadual (RJ) e municipal (Campos dos Goytacazes). A pesquisa destaca a importância da descentralização das ações e da atuação conjunta entre os entes federativos e diferentes setores governamentais e sociedade civil para a efetiva consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O trabalho parte do contexto das mudanças climáticas e seus impactos nos sistemas alimentares, destacando a necessidade de políticas públicas integradas que assegurem o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e promovam sustentabilidade socioambiental. A análise aponta que a existência de estruturas institucionais específicas, como conselhos e câmaras intersectoriais, favorece a integração de políticas e a promoção do DHAA. A metodologia empregada é qualitativa, com análise documental e comparativa dos três planos recentes. Os resultados indicam que, embora compartilhem fundamentos comuns, os planos apresentam lacunas de alinhamento e assimetrias na implementação, revelando fragilidades estruturais, descontinuidade de políticas públicas e limitações na participação social — especialmente no nível local. A pesquisa evidencia desafios persistentes na consolidação da intersectorialidade e da governança colaborativa no âmbito do pacto federativo.

ARTICULAÇÃO FEDERATIVA E INTERSETORIALIDADE NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS PLANOS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Contextualização:

As mudanças climáticas têm se consolidado como um dos principais desafios globais, provocando grandes impactos nos sistemas alimentares, exigindo cada vez mais transformações profundas nos modelos de produção e desenvolvimento. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022) destaca que eventos extremos, como secas e enchentes, estão se intensificando, comprometendo a produção agrícola e exacerbando a insegurança alimentar, sobretudo em países em desenvolvimento.

Neste cenário, torna-se indispensável a construção de políticas públicas que articulem, de forma integrada, as agendas de segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. O Brasil avançou institucionalmente na articulação dessas agendas a partir da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído pela Lei nº 11.346/2006. O SISAN se constitui como um marco na construção de políticas intersetoriais voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e à promoção da sustentabilidade socioambiental, articulando ações entre diferentes setores, como saúde, assistência social, agricultura e meio ambiente (BELIK, 2012).

Nessa perspectiva, percebe-se a SAN como um elemento de integração de ações diversas que, como um “sistema”, se organiza por três parâmetros: a intersectorialidade (integração de órgãos governamentais e não governamentais que têm relação com a SAN), a participação popular (por meio da organização e da mobilização de Conferências Regionais e Nacionais de SAN) e o controle social (por meio dos conselhos que têm o papel de articular e pactuar ações gerais de SAN) (Maluf, 2005). Tal “sistema” pode ser caracterizado por dois elementos: o fluxo de interdependência das partes que o compõem e os mecanismos de coordenação dessas partes integrantes (Maluf, 2005, pp.5-6; Machado, 2006).

Nesse contexto, a efetividade das políticas de SAN depende, em grande medida, da capacidade de articulação e coordenação entre as diferentes esferas federativas, bem como da consolidação de mecanismos institucionais que assegurem a participação social e a intersectorialidade no processo de formulação, implementação e monitoramento dessas políticas.

Assim, os planos de Segurança Alimentar e Nutricional — nacional, estaduais e municipais — constituem instrumentos que concretizam a intersectorialidade e a operacionalização dos princípios estruturantes do SISAN. Esses planos, elaborados de forma participativa e pactuada, buscam integrar as ações de diversos setores e níveis de governo, orientando políticas públicas que respondam de maneira coordenada aos desafios

impostos pelas mudanças climáticas, pela insegurança alimentar e pelas desigualdades sociais.

Contudo, persiste o desafio de compreender em que medida esses instrumentos se articulam efetivamente no âmbito do pacto federativo brasileiro, garantindo coerência e sinergia entre os diferentes níveis de planejamento.

Objetivo:

O trabalho visa compreender se os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional - em seus níveis nacional, estadual e municipal - atuam de forma articulada no que se refere à elaboração e à execução dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), conforme preconiza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Para tanto, será realizada uma análise crítica e comparativa dos planos mais recentes elaborados pelas respectivas instâncias deliberativas e participativas da política de SAN, a saber: o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2025–2028), o I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro (2023–2027) e o I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campos dos Goytacazes (2025–2028). O estudo busca compreender em que medida esses instrumentos estão alinhados quanto aos seus princípios, objetivos estratégicos, eixos temáticos, prioridades programáticas e mecanismos de governança, à luz dos pressupostos do pacto federativo, do direito humano à alimentação adequada (DHAA) e da intersectorialidade, princípios estruturantes da política nacional de SAN.

Metodologia:

A metodologia adotada nesta pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental e comparativa. Foram examinados, de forma sistemática e crítica, os textos integrais dos três planos supracitados, com foco em suas diretrizes estratégicas, objetivos gerais e específicos, metas quantificáveis, eixos estruturantes, mecanismos de monitoramento e avaliação, e instâncias de governança e participação social.

Síntese dos resultados:

A análise dos documentos revela que, embora os três planos em questão compartilhem fundamentos conceituais semelhantes, como o reconhecimento do direito humano à alimentação adequada, a promoção da soberania alimentar, e a defesa da intersectorialidade como princípio operativo. No entanto, a implementação prática dessas diretrizes apresenta notáveis assimetrias e lacunas. Notou-se que o alinhamento entre os níveis federal, estadual e municipal ainda é primário e condicionado por fatores estruturais e

conjunturais, tais como a descontinuidade de políticas públicas, a instabilidade orçamentária e a fragilidade das instâncias de participação e controle social, especialmente em nível local.

Referências Bibliográficas

BELIK, Walter. "A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados." *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 19, n. 2, 2012

BEURLEN DE FRANÇA, Alexandra, O Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Dissertation, Universidade Federal de Pernambuco, .

BRASIL, Lei Federal no 11.346, 14/09/2006. Cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília/DF. 2006

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2025–2028. Brasília: MDS, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/iii-plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-aprovado/III_Plan_s_n.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025

IPCC. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, 2022.

MACHADO, M . (2006) “Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional – Belo Horizonte e Santos/ SP: uma Visão sobre Continuidade e Mudança” Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro.

MALUF, R. (2005) Sistemas Estaduais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília/DF: CONSEA, Presidência da República.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro (2023–2027). Rio de Janeiro: SEDSODH, 2023. Disponível em: https://www.rj.gov.br/secsocial/sites/default/files/arquivos_paginas/SEDSODH_LivroAlimenta%C3%A7%C3%A3o_vExibi%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.